



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

ATA DE REUNIÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO COMITÊ

Nome: Comitê Gestor Regional para Implantação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição

2. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO

Data: 05/12/2018

Hora: 16h30

Local: Auditório do 24º andar do Edifício Sede

Tipo de reunião: 1ª reunião ordinária do Comitê (biênio 2018-2020)

Objetivo: Discussão de temas de interesse do Comitê

3. PARTICIPANTES

Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves

Desembargadora Maria Elizabeth Mostardo Nunes

Juiz Moisés dos Santos Heitor

Juíza Luciana Bezerra de Oliveira

Juiz Frederico Monacci Cerutti

Juíza Raquel Marcos Simões

Daniele Fernandes Moreno

Emerson Alves de Oliveira

Luiz Antonio Loureiro Travain

Tarcísio Ferreira

Leandra Maria Leal de Sant'Anna

Daniela Vilaça Castagna

4. PAUTA

Iniciativas, ações e projetos

5. DISCUSSÕES

A Vice-Presidente Administrativa, Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves, iniciou a reunião informando que naquele momento estavam começando os trabalhos da nova composição do Comitê. Pontuou que o objetivo era rever os projetos que já estavam previstos pela composição anterior.

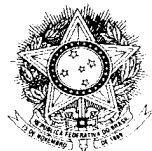
Acrescentou que há uma mudança de postura desta Administração em relação ao Primeiro Grau de Jurisdição, ressaltando que não há diferença entre o 1º e 2º Graus, que o TRT de São Paulo deve estar adequado para as duas jurisdições e que a Administração possui um olhar mais humano.

Continuou a reunião informando que ali seriam avaliadas a conveniência, oportunidade e prioridade dos projetos previstos no âmbito deste Comitê.

Informou que os CEJUSCs e o NUPEMEC estão sendo transformados em uma Secretaria, com o intuito de estruturar os trabalhos de conciliação. Dr. Moisés ponderou que, no entendimento do CNJ, o conflito sempre existiu em todo lugar, o que o judiciário fez foi burocratizar as soluções de conflito. Dessa forma, deve-se intensificar o trabalho de conciliação. Além disso, o que está sendo reconhecido é que todos que trabalham com a conciliação integram o 1º Grau.

Informou ainda que o TRT da 2ª Região ganhou o Selo Ouro do Justiça em Números, mantendo a mesma premiação do ano passado, e que uma das causas de não ter recebido o Selo Diamante foi o não cumprimento integral da Resolução CNJ nº 219/216.

A Desembargadora Jucirema ponderou que os projetos seriam analisados pelo Comitê, lembrando que os comitês e comissões não possuem caráter decisório, e sim sugestivo, assim, tudo que fosse decidido e apreciado ali seria remetido para decisão da Presidência.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Sobre o sítio eletrônico do Tribunal, informou que esse projeto está sendo tratado no âmbito da Vice-Presidência Administrativa. Dr. Moisés esclareceu que os assuntos relacionados aos Comitês e Comissões não estão apresentados de maneira adequada naquele espaço, por isso a Comissão do portal está reestruturando e enviará ofício aos responsáveis para que as informações necessárias sejam incluídas e disponibilizadas em padrão único.

A Desembargadora Jucirema questionou os membros do Comitê quanto a quem ficaria responsável pelo suporte administrativo, a exemplo da edição das atas. A Desembargadora Elizabeth Mostardo esclareceu que os membros da gestão anterior contavam com o apoio dos servidores do Gabinete da Desembargadora Sônia Aparecida Gindro, e considerou que essa não parece ser a melhor solução. Dra. Raquel ponderou que, de acordo com a Resolução 194/2015, é facultada a designação de uma equipe de apoio às atividades do comitê. Esclareceu que os membros do Comitê não possuem suporte de uma área administrativa e sugeriu a possibilidade de algum servidor lotado em unidade administrativa ficar com essa atribuição. A Desembargadora Jucirema pontuou que avaliará tal possibilidade.

Na sequência, Dra. Luciana comentou sobre a importância de a administração disponibilizar as informações solicitadas pelo Comitê, a exemplo da estrutura administrativa e judiciária do Tribunal, o que já havia sido solicitado e foi negado pela gestão anterior. Dra. Raquel acrescentou que o estudo disponibilizado por aquela gestão foi o concluído em 2016 e que já havia déficit de servidores no Primeiro e no Segundo Grau de Jurisdição. Informou que o Juiz Thomaz Moreira Werneck enviou ofício às áreas para que elas respondessem sobre a sua estrutura e a conclusão do Comitê, à época, foi que a solução era remover servidores da atividade meio para a área fim.

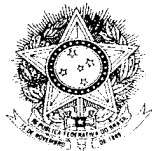
Dra. Jucirema lembrou sobre a homologação do concurso e da possibilidade de nomeação de servidores e de magistrados para o ano de 2019. Concluiu então que a primeira demanda desta reunião é a elaboração de um quadro com o número efetivo de servidores lotados nas unidades administrativas, na Segunda e Primeira Instâncias, nesse caso, incluindo os CEJUSCs. O quadro deverá refletir a realidade do Tribunal em 31/12/2018.

O Diretor Emerson sugeriu que haja, na página do Tribunal, um espaço para sugestões referentes ao 1º Grau. Dra. Jucirema destacou a eficiência da Ouvidoria para esses casos. Esclareceu que todas as solicitações, reclamações e sugestões são encaminhadas para os setores responsáveis e isso vem surtindo muitos efeitos positivos. Acrescentou que a Ouvidoria tem autonomia para resolver os assuntos a ela demandados. Dr. Moisés considerou a possibilidade de disponibilizar um *link* na internet, porém ponderou que será necessário ter alguém para fazer as triagens e tratar os assuntos, inclusive administrativamente, já que a partir dessa abertura, inevitavelmente vão surgir várias solicitações, sugestões ou questionamentos. Dra. Raquel pontuou que esse assunto poderia ser resolvido com a disponibilização de um servidor para dar o apoio administrativo ao Comitê. Dr. Moisés sugeriu que, caso haja essa possibilidade, o servidor poderá ser lotado na Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos.

Dra. Luciana, ponderou que o melhor seria disponibilizar o *link* na intranet, assim limitaria o acesso aos usuários internos, o que foi acolhido pelo Comitê.

Em seguida, Dra. Jucirema solicitou que o comitê indicasse seus representantes para compor o Comitê de Planejamento e Gestão, conforme dispõe o Ato GP 58/2018. Informou que haverá reunião do CPG no dia 11/12, às 16h30 no 24º andar do Edifício Sede. O Comitê decidiu que estarão presentes na reunião a Desembargadora Maria Elizabeth Mostrado Nunes e os Juízes Frederico Monacci Cerutti e Bruno José Perusso.

O Servidor Tarcísio questionou se o quadro de servidores será disponibilizado até o final do ano e a Dra. Jucirema esclareceu que o documento será elaborado nesse período e disponibilizado no início de 2019. O Servidor também questionou sobre o concurso de servidores, quanto à análise de cotas. Dra. Maria Elizabeth informou como será realizado o trabalho e qual será a composição da Comissão que o coordenará. Além disso, explicou o cronograma dessa etapa do concurso, sendo que o resultado final será no dia 21/01/2019, com previsão de ser homologado no primeiro Pleno posterior a essa data, previsto para



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

11/02/2019. Dra. Luciana pediu autorização para divulgar essas informações e Dra. Jucirema sugeriu que seja aguardada a publicação do edital de convocação.

A Desembargadora Jucirema informou aos membros do Comitê que os temas referentes ao módulo e penhora no rosto dos autos, banco de diligências e resultados e pesquisas eletrônicas serão tratados no âmbito do Comitê do PJe.

O Servidor Emerson ressaltou a importância do Comitê para a otimização dos procedimentos da primeira instância e criação de um banco de boas práticas. Destacou também a importância de o Comitê trabalhar em parceria com a Administração.

A Desembargadora Jucirema informou que o próximo assunto da pauta é a Central de Mandados. A Desembargadora Maria Elizabeth pontuou a necessidade de reestruturação dessa Unidade, bem como a relevância de haver um banco de diligências. Ainda sugeriu o retorno dos Oficiais de Justiça, atualmente lotados nas Varas de Trabalho, para a Central de Mandados. O Juízes e Servidores presentes ponderaram que tanto os Oficiais quanto os Magistrados estão satisfeitos com esse novo modelo. O Diretor Emerson considerou a possibilidade de se criar um grupo de estudos com o objetivo de identificarem o melhor modelo de trabalho para a Central de Mandados e pontuou que uma das sugestões é criar um banco de diligências, incluindo as perícias. O Servidor Tarcísio ponderou que o problema que se colocou à época, dos servidores serem lotados nas Varas, foi a distorção que se criou, sem se estabelecer uma determinação clara das divisões de trabalhos. Destacou que a preocupação é resguardar as atribuições do cargo, mas que também é importante verificar a racionalidade dos trabalhos. Acrescentou que já foi realizada uma reunião com a Presidente do Tribunal, Desembargadora Rilma Hemetério, e que estão aguardando a sua decisão sobre a reestruturação da Central de Mandados (referente ao Ato GPCR 5/2017).

A Desembargadora Jucirema informou que o projeto “Pague seu processo aqui” será encaminhado ao Comitê do PJe. Sobre o “Curso de Boas Práticas”, informou que encaminhará o assunto à Escola Judicial do TRT2. O Diretor Emerson sinalizou que a Desembargadora Sônia Gindro já havia encaminhado um ofício ao Desembargador Sergio Pinto Martins tratando sobre o assunto e a Dra. Jucirema informou que verificaria o andamento.

O Servidor Tarcísio lembrou que esse assunto foi tratado na última reunião de análises estratégicas e Dr. Moisés pontuou que algum Regional criou uma WIKI sobre o tema.

Na sequência o Servidor Tarcísio sugeriu a presença de um servidor da Corregedoria em reunião do Comitê, para que seja avaliada a possibilidade de revisão da consolidação das normas e ressaltou a possibilidade de o Primeiro Grau ser consultado nesse trabalho.

Dra. Raquel destacou a previsão que consta na Resolução CNJ nº 195/2015 de o Comitê participar da programação orçamentária do tribunal, no que se refere ao orçamento de 1º Grau, explicou que, de acordo com a Resolução, a composição do Comitê Orçamentário do 1º Grau pode ser a mesma deste Comitê.

A Desembargadora Jucirema citou a existência do Comitê orçamentário de 2º Grau e informou que levará o assunto para ser tratado em reunião, com o intuito de avaliar a possibilidade da criação de outro Comitê ou da participação deste nas reuniões de orçamento.

6. FECHAMENTO

Data, hora e local da próxima reunião: a ser agendada oportunamente.

7. ASSINATURA

Nome
Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves
Desembargadora Maria Elizabeth Mostardo Nunes

Assinatura